**PORTARIA Nº 1301/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 30 DE DEZEMBRO DE 2020.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;
CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5643/2020-CGP/SEAP, objetivando apurar o acidente envolvendo a VTR RENAUL MASTER MAR TPRE 1, de placa QEA 6666, à disposição do CRCAN, ocorrido em 03/05/2020;

CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, recomendou a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar em face do servidor José Ribamar Soares da Silva, para apurar a suposta conduta inadequada do servidor quando do envolvimento da VTR no acidente, haja vista haver supostos indícios de eventuais inobservâncias aos deveres funcionais;

RESOLVE: Art. 1º - Acatar o Relatório Conclusivo e determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar em desfavor do servidor JOSÉ RIBAMAR SOARES DA SILVA, por infringência, em tese, ao art. 177, VI c/c art. 178, XIV e art. 189 do RJU.

Art. 2º - Encaminhar cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro no assentamento funcional do servidor; e à Comissão de Estágio Probatório para conhecimento.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 616497

**PORTARIA Nº 032/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 06 DE JANEIRO DE 2021.**

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional dos servidores ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA e MILTON CALDAS NASCIMENTO, acerca dos supostos fatos ocorridos na Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel, narrados no Relatório de Diligência, datado de 30/12/2020. Os Servidores infringiram, em tese, o art. 177, VI, art. 178, V e XVIII c/c os arts. 189 e 190, IV, XI, XIII, XVI e XIX, do RJU.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano - Presidente; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; e ADRIANA FERAZ DO PRADO MAUÉS, Assistente Administrativo - membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Comunicar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar à Delegacia de Crimes Funcionais e ao Ministério Público Estadual para análise e ulteriores providências.

Art. 6º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 616504

**PORTARIA Nº 1305/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 30 DE DEZEMBRO DE 2020.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5544/2020-CGP/SEAP, objetivando apurar os fatos ocorridos no dia 11/06/2020, envolvendo servidores do Centro de Recuperação Regional de Redenção, conforme relatado no Livro de Ocorrência da unidade prisional; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, recomendou a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar em face dos servidores VALDINANDES PEREIRA DE ALMEIDA, RODOLFO ROGERIO DE BRITO, FRANCISCO IURE ARAÚJO DE MELO E MARCOS AURÉLIO NASCIMENTO PINHEIRO objetivando apurar suposta conduta inadequada dos servidores durante a preleção ocorrida no dia 12/06/2020, no CRRR, bem como a não realização de procedimentos da unidade prisional no dia 11/06/2020 pelos mesmos servidores;

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar o Relatório Conclusivo e determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar em desfavor dos servidores VALDINANDES PEREIRA DE ALMEIDA, RODOLFO ROGERIO DE BRITO, FRANCISCO IURE ARAÚJO DE MELO e MARCOS AURÉLIO NASCIMENTO PINHEIRO, objetivando apurar suposta conduta inadequada dos servidores durante a preleção ocorrida no dia 12/06/2020, bem como a não realização de procedimentos da unidade prisional no dia 11/06/2020, infringindo, em tese, o art. 177, II, IV e VI c/c art. 189, do RJU.

Art. 2º - Determinar que seja apurado sumariamente a veracidade da informação de que agentes prisionais temporários estariam adentrando armados no bloco carcerário, sem possuir autorização legal.

Art. 3º - Encaminhar cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas e à Comissão de Estágio Probatório para providências pertinentes.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 616486

**PORTARIA Nº 1300/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 30 DE DEZEMBRO DE 2020.**

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5464/2020-CGP/SEAP, instaurado para apurar a responsabilidade administrativa e funcional da servidora MARIA CRISTINA FARIAS LIMA, acerca de suposta conduta irregular;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante apresentou Relatório Conclusivo, no qual recomendou a demissão da acusada, comprovada a materialidade e autoria no presente feito da prática de infração funcional, ao incorrer no ilícito penal previsto no art. 155, caput, CP;

RESOLVE:

Art. 1º - Acatar o Relatório Conclusivo e recomendar ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária a aplicação da penalidade de DISTRATO, em face da servidora MARIA CRISTINA FARIAS LIMA, por infração aos arts. 177, VI, art. 190, IV e XIII, do RJU. Em consonância com as provas acostadas, há responsabilidade subjetiva na conduta da acusada, por falta grave, ao furtar aparelho celular de servidor público na extensão das dependências desta Secretaria.

Art. 2º - Determinar que seja remetido o presente feito ao Gabinete desta Secretaria para ciência e deliberação do Secretário de Estado de Administração Penitenciária.

Art. 3º - Após o trânsito em julgado, encaminhar o Relatório Conclusivo e a Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para adoção de providências pertinentes; e encaminhar cópia dos autos à Delegacia de Crimes Funcionais para análise e ulteriores providências.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 616495

**PORTARIA Nº 031/2021-CGP/SEAP
BELÉM, 06 DE JANEIRO DE 2021.**

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional da servidora LUANE DO SOCORRO DE OLIVEIRA LIMA, acerca da liberação indevida do preso ANTÔNIO FERREIRA LIMA, custodiado no Centro de Recuperação Regional de Itaituba, em 07/02/2020; e conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5422/2020-CGP/SEAP. A servidora infringiu, em tese, o art. 177, VI, IX, "b" c/c art. 189, do RJU.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior - Presidente; VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado - membro; e ADRIANA FERAZ DO PRADO MAUÉS, Assistente Administrativo - membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro no assentamento funcional.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 616503

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

- Término de Vínculo: 01/12/2020

Motivo: DISTRATO A PEDIDO

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Servidor Temporário: GILSON MACHADO MONTEIRO

Matrícula: 6403419/1 - Função: AGENTE PENITENCIÁRIO